



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO  
CNPJ: 01.616.520/0001-96

Lei Municipal nº 354/02

"Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, institui o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON / Águas Lindas de Goiás - GO, e o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu Interventor Estadual, sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Fica organizado o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, nos termos do art. 5º, inciso XXXII e do art. 170, inciso V, da Constituição Federal e do art. 133 da Constituição do Estado de Goiás e da Lei Orgânica do Município de Águas Lindas de Goiás.

**Art. 2º** - Ficam instituídos os órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

I - O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor designado pela sigla CMDC;

II - O Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor doravante denominada PROCON / ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS;

III - O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor;

**Parágrafo Único** - Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor os órgãos Federais, Estaduais e Municipais e as Entidades privadas que se dedicam à proteção do consumidor.

**CAPÍTULO II  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**Art. 3º** - São atribuições do Conselho Municipal do Consumidor - CMDC:

**CERTIDÃO**  
Certifico que o presente ato, foi

publicado no "P. ACARO".

O referido é a expressão da verdade.

Águas Lindas de Goiás, 23/09/2002-1



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO  
CNPJ: 01.616.520/0001-96

I - planejar, elaborar e propor a política municipal de defesa do consumidor;

II - atuar na formulação de estratégia e no controle da política municipal de defesa do consumidor;

III - estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de projetos e programas de proteção e defesa do consumidor;

IV - aprovar convênios e contratos com o objetivo de elaborar, acompanhar e executar projetos relacionados às finalidades do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor;

V - Examinar e aprovar projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção de danos aos bens e interesses dos consumidores.

**Art. 4º** - O CMDC é composto por representantes do Poder Público e representantes da sociedade civil, assim discriminados:

I - O Diretor do PROCON / ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS;

II - um representante da OAB;

III - um representante do Poder Executivo Municipal;

IV - um representante da Câmara Municipal;

V - um representante do serviço municipal de vigilância sanitária;

VII - dois representantes das associações de bairros;

VIII - um representante do sindicato dos comerciários.

**§ 1º** - CMDC será presidido pelo Diretor do PROCON / ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS;

**§ 2º** - Os membros do CMDC serão indicados pelos órgãos e entidades representados e serão investidos nas funções de Conselheiro através de nomeação do Prefeito Municipal;

**§ 3º** - As indicações para nomeação ou substituição de Conselheiro serão feitas pelas entidades ou órgãos, na forma de seus estatutos;

**§ 4º** - Para cada membro efetivo será indicado um suplente que assumirá, com direito à voto, nas ausências ou impedimentos do titular;

**§ 5º** - Perderá a condição de membro do CMDC o conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três)

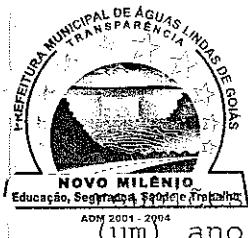
**CERTIDÃO**

Certifico que o presente ato, foi publicado no "JORNAL".

O referido ato é de fato da verdade.

Águas Lindas de Goiás, 13/09/2002

13/09/2002



# ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO

CNPJ: 01.616.520/0001-96

consecutivas ou 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

§ 6º - Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no Parágrafo 2º deste artigo.

§ 7º - O Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca será convidado para participar de todas as reuniões do Conselho, e terá direito a voz, vedado o voto.

§ 8º - As funções de membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado relevante serviço à promoção e representação da ordem econômica local.

Art. 5º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º - O Prefeito Municipal e o Promotor de Justiça do Consumidor poderão requisitar ao Presidente do Conselho convocação para reuniões extraordinárias.

§ 2º - As sessões plenárias instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§ 3º - Ocorrendo falta de quorum mínimo para instalação do plenário, automaticamente será convocada nova reunião, que acontecerá após 48 (quarenta e oito) horas com qualquer número de participantes.

## CAPÍTULO III DO PROCON

Art. 6º - São atribuições do Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor - PROCON / ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO:

I - coordenar e executar a política municipal de defesa do consumidor;

II - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90, art. 56) e do Decreto nº 2.181/97;

III - funcionar no procedimento administrativo, como instância de instrução e julgamento no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela Lei 8.078, de 1990, pela legislação complementar e pelo Decreto 2.181 de 1997;

CERTIDÃO

Certifico que o, presente em  
Poderá no "P. ACARD".  
O Ofício é de competência da  
Águas Lindas de Goiás, GO.  
Data: 23/09/2004



ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO

CNPI: 01-616-520/0001-96

ADM 2001 - 2004 IV - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

V - prestar aos consumidores orientações permanente sobre seus direitos e garantias;

VI - informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos meios de comunicação;

VII - desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas;

VIII - atuar junto ao sistema municipal formal de ensino visando o tema "Educação para o consumo" nas disciplinas já existentes, possibilitando a informação de uma nova mentalidade nas relações de consumo;

IX - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais;

X - auxiliar a fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens e serviços;

XI - colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os preços dos produtos básicos;

XII - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgar-los pública e anualmente (Lei 8.078/90, art. 44) remetendo cópia ao PROCON / ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO e ao DPDC;

XIII - expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardando o segredo industrial;

XIV - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especificação técnica para a consecução de seus objetivos.

**Art. 7º** - A estrutura organizacional do PROCON / ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS-GO será a seguinte:

- I - A Diretoria Executiva;
  - II - Departamento de Atendimento e Orientação;
  - III - Assessoria Jurídica;
  - IV - Departamento de Educação e Divulgação;
  - V - Departamento Administrativo-financeiro.

C E R T I D Ã O

Aquas Linda's 13th Anniversary 19/23/09 2002

Java Reportlet v9.04 August 11, 2002 [Reportlet Overview](#) | [Contents](#) | [Index](#) | [Search](#) | [Help](#) | [Feedback](#) | [Reportlet Home](#) | [Java Reportlet v9.04](#)



## ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO

CNPJ: 01.616.520/0001-96

**8º** - O Diretor-Executivo, membro nato do CMDC, será nomeado pelo Prefeito para dirigir o PROCON / ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS-GO.

**Art. 9º** - Os serviços auxiliares do PROCON / ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS-GO serão dirigidos por servidores públicos municipais e poderão ser executados por estagiários de curso de 2º e 3º que possuam relacionadas à defesa do consumidor.

**Art. 10** - As funções dos serviços auxiliares serão discriminadas no Regimento Interno do PROCON / ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS.

**Art. 11** - O Secretário-Executivo do PROCON encaminhará ao Promotor de Justiça do Consumidor à notícia de fatos nos quais se verifique, em tese, a presença de crimes de ação penal pública, ofensa a direito constitucionais do cidadão, a interesse difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

### CAPÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

**Art. 12** - Para atender ao dispositivo no parágrafo 1º, do art. 55, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 19990 - Código de Defesa do Consumidor, o Município poderá instituir comissões especiais de normatização, visando a elaboração de normas municipais de defesa do consumidor complementares à legislação existente.

**Art. 13** - O Poder Executivo Municipal data todo o suporte necessário, no que diz respeito a bens materiais e recursos humanos financeiros para o prefeito funcionamento do órgão.

**Art. 14** - Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, com autonomia administrativa, financeira e contábil e de natureza orçamentária, em atendimento ao disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, com o objetivo de criar condições de financeiras e de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores coordenados ou executadas pela Secretaria de Governo Municipal, através da Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON / ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS-GO.

**Art. 15** - O fundo de que trata o artigo anterior destina-se ao financiamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, compreendendo especialmente:

#### CERTIDÃO

Certifico que o presente ato, foi publicado no "P. ACARO".  
O referido é expressão da verdade.  
Águas Lindas de Goiás, 23/09/2002.



## ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO

CNPJ: 01.616.520/0001-96

financiamento total ou parcial de programas e projetos de proteção e defesa do consumidor, desenvolvidos pelo Município ou com ele conveniados;

II - aquisição de material permanente ou de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

III - realização de evento atividades relativas a educação, pesquisa e divulgação de informações, visando a orientação do consumidor;

IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

V - estruturação e instrumentalização do órgão municipal de defesa do consumidor, objetivando a melhoria dos serviços prestados aos usuários;

VI - atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessária à execução das ações e serviços nesta lei.

### Art. 16 - Constituem receitas do Fundo:

I - as parcelas dos valores arrecadados com a aplicação de multas previstas no Art.56, da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, e Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997;

II - as indenizações decorrentes de condenações e multas advindas de descumprimento de decisões judiciais em ações coletivas relacionadas a direito do consumidor, no âmbito da competência jurisdicional da Comarca de Águas Lindas de Goiás.

III - O produto de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público ou privados;

IV - Transferência do Fundo Nacional de Defesa do Consumidor e do Fundo de Defesa do Consumidor do Estado de Goiás;

V - Consignações no orçamento do Município;

VI - Contribuições, donativos e legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

VII - Receitas auferidas por aplicações financeiras ou provenientes de transferências do Tesouro Municipal;

VIII - Outras receitas.

**Parágrafo Único** - As receitas previstas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito.

Art. 17 - A gestão do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor será feita pelo titular da Diretoria do PROCON / ÁGUAS

CERTIDÃO

Certifico que o presente ato, foi publicado na 17 ADARD.  
O referido ato é de fato da verdade.  
Águas Lindas de Goiás 23/09/2004  
*[Handwritten signature]*



ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO

CNPJ: 01.616.520/0001-96

DE GOIÁS, em conjunto com o Secretário de Governo do Município.

**Art. 18** - A função de Coordenador do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor será exercida cumulativamente pelo Diretor-Executivo do órgão.

**Art. 19** - O controle financeiro e orçamentário do Fundo será efetuado pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas dos Municípios, no que se refere a apresentação de balancetes mensais e das respectivas prestações de contas anuais.

**Art. 20** - O orçamento do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor observará na sua elaboração e na sua execução os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

**Art. 21** - Os gestores do Fundo deverão observar no tocante e realização das despesas à conta do mesmo o princípio de licitação pública, de acordo com a legislação pertinente.

#### **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 22** - As atribuições das sub-unidades é competência dos dirigentes de que trata esta lei, serão exercidas na conformidade da legislação pertinente, podendo ser modificadas mediante ato do Poder Executivo Municipal.

**Art. 23** - No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão firmar convênios de cooperação técnica e de fiscalização com os seguintes órgãos e entidades, no âmbito de suas respectivas competências:

I - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC, da Secretaria de Direito Econômico - Ministério da Justiça;

II - Diretoria do PROCON ESTADUAL;

III - Promotoria de Justiça do Consumidor, através do Ministério Público;

IV - Juizado de Pequenas Causas, através do Tribunal de Justiça;

V - Delegacia Estadual de Defesa do Consumidor;

VI - Secretaria de Saúde e da Vigilância Sanitária;

VII - INMETRO

**CERTIDÃO**

Este é o certificado que o presente ato, foi feito e assinado na forma da lei.  
Foi feito e assinado na forma da verdade.  
Assinado em 23/09/2002



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO  
CNPJ: 01.616.520/0001-96

VIII - Associações Civis de Defesa do Consumidor;

IX - Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional.

**Art. 24** - Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as Universidades e as entidades públicas ou privadas, que desenvolvem estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

**Parágrafo Único** - Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar com estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

**Art. 25** - Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação, aprovando, inclusive, seu regimento interno, bem como o desdobramento da estrutura proposta.

**Art. 26** - Para o cumprimento desta Lei fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários.

**Art. 27** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO INTERVENTOR ESTADUAL EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS,**  
aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dois (23/09/02).

CÉZAR GOMES DA SILVA  
Interventor Estadual

**C E R T I D Ã O**

Certifico que o presente ato, foi  
assinado por "PI AGARD".  
O que é a expressão da verdade.  
Águas Lindas de Goiás, dia 23/09/2002.